Revista Cadernos UNDB, São Luís, v. 6, n.2, dez/jan, 2023- 2024 . ISSN 1981-0660

EPISTEMOLOGIA DO FEMINISMO NEGRO: decolonialidade da animalidade feminina[1]

Letícia Pereira de Araujo[2]

Sumário: Introdução; 1. Colonialidades: suas espécies e diferenciaçãi de termos; 1.1. Colonialidade e suas espécies; 1.2. Diferenças de termos: Colonialismo e Colonialidae; Decolonialidade e Descolonização; 2. O que é ser uma mulher: conceito de um esteriótipo; 2.1. Da animalidade feminina; 2.2. Feminismo não é único: seus desdobramenos e o movomento do feminismo negro; 3. Epistemologia; 3.1. Epistemologia do feminismo negro; Considerações finais; Referências.

RESUMO

Considerando a luta das mulheres negras no Brasil para articularem e reinvidicarem demandas a partir da década de 1970, este artigo investiga a produção de conhecimento acadêmico e movimentos sociais como meio de se alcançar a decolonialidade da mulher negra, ou seja, a desconstrução dos padrões e perspectivas impostas pela modernidade e capitalismo à um povo subalternizado. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com apoio na técnica de análise de discurso. Os resultados foram analisados utilizando-se o conteúdo temático, com os seguintes descritores: colonialidade; descolonização; mulher negra; feminismo negro e epistemologia.

Palavras-chave: Epistemologia. Feminismo negro. Decolonialidade.

ABSTRACT

Considering the struggle of black women in Brazil to articulate and claim demands from the 1970s onwards, this article investigates the production of academic knowledge and social movements as a means of achieving the decoloniality of black women, that is, the deconstruction of patterns and perspectives imposed by modernity and capitalism on a subalternized people. This is a bibliographical research supported by the discourse analysis technique. The results were analyzed using thematic content, with the following descriptors: coloniality; decolonization; black woman; black feminism and epistemology.

Keywords: Epistemology. Black feminism. Decoloniality.

[1] A animalidade feminina se refere a um ato de chamar alguns como “não gente”, sugerindo-se uma construção de opressão e separação entre as pessoas, especialmente as mulheres negras que estão ligadas apenas ao contexto sexual, retirada a sua possibilidade de sentimentos e consciência. Logo, a sua decolonialidade, ou seja, a resistência contra esse padrão imposto, é alcançado pela epistemologia do feminismo negro, ou melhor, o conhecimento científico do feminismo negro.

[2] Graduada em Direito pelo Centro Universitário Lasalle do Rio de Janeiro. Especialista em Direito Público, Direito de Trânsito e Direito Previdenciário pela Faculdade Legale de São Paulo. Mestranda em Direito Constitucional pela Universidade Federal Fluminense. CV: lattes.cnpq.br/8231532195654026 – ORCID: 0000-0002-6454-6606.

Revista Cadernos UNDB, São Luís, v. 6, n.2, dez/jan, 2023- 2024 . ISSN 1981-0660

INTRODUÇÃO

Vislumbrando uma reflexão do movimento feminista, em especial, a luta das mulheres negras no Brasil, compreende-se as suas particularidades na década de 1970 com os movimentos sociais e discussões em âmbito político, visto ocuparem lugares sociais subordinados quando comparado com as posições do homem, o que aprofunda o debate no papel imposto para a mulher em uma sociedade.

Como forma de apreciar a produção acadêmica dentre o posicionamento de engajamento negro auxiliando na ruptura epistemológica do senso comum que neutraliza as desigualdades provocada pelo discurso científico[3], a colonialidade, nos seus diferentes âmbitos, demonstra a sua caracterização como uma forma de dominação juntamente a hierarquia racial[4].

Dessa maneira, é sugerido "enegrecer o feminismo"[5] para interpretar de forma descritiva a descolonização nas perspectivas epistêmicas, em outros termos, uma epistemologia feminista negra que não seja submissa a colonialidade dos sujeitos.

A compreensão da epistemologia como um estudo crítico destinado a determinar a origem e funcionamento dos seus produtos intelectuais[6] auxilia no melhoramento da discussão do tema proposto, se aproximando do feminismo negro decolonial para assegurar o rompimento histórico da sua submissão.

Dentro deste cenário, a análise do objeto de estudo perpassa pela Epistemologia negra que propõe uma consciência e divulgação das desigualdades com a produção de conhecimento acadêmico e movimentos sociais brasileiros.

---

[3] SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** Rio de Janeiro: Graal, 1989

[4] GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez Editora, 2010. p. 455-492.

[5] CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Hollanda, HeloÍsa Buarque (org). Pensamento feminista - conceitos fundamentais, Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019.

[6] LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Revista Cadernos UNDB, São Luís, v. 6, n.2, dez/jan, 2023- 2024 . ISSN 1981-0660

Desta forma, o presente estudo busca responder a seguinte indagação: é possível decolonizar a produção de uma relação de desigualdade e dominação perante o feminismo negro?

Visando responder tal questionamento, o estudo objetiva contribuir para a investigação científica relacionada ao feminismo negro como meio de se alcançar a decolonialidade da mulher negra através de movimentos sociais e produção acadêmica no território brasileiro.

Para tanto, concentra-se em identificar e investigar as colonialidades na influência da concepção de subalternidade da mulher negra, buscando, por meio dos objetivos específicos, investigar e interpretar o surgimento das colonialidades; mensurar os níveis de influência das colonialidades no pensamento subserviente da mulher negra; identificar o movimento do feminismo negro como remédio; e descrever as atividades educativas produzidas no campo acadêmico.

Dentro desta perspectiva, se realiza uma pesquisa bibliográfica com apoio na técnica de análise de discurso, buscando as relações entre conceitos, características, ideias e momento histórico. Para Severino[7], essa modalidade de pesquisa se caracteriza a partir do registro disponível, que decorre de pesquisas já realizadas, em livros, artigos e teses, dessa forma, os textos tornam-se fontes dos temas que serão trabalhados e pesquisados, a partir das contribuições dos autores.

Para realizar a busca de trabalhos como fontes de pesquisa, emprega-se os seguintes descritores: colonialidade; descolonização; mulher negra; feminismo negro e epistemologia. A análise das informações é realizada por meio de leitura exploratória do material que foi encontrado em uma abordagem qualitativa dos dados textuais por meio da análise do discurso, ou seja, foca-se na interpretação do que está por trás dos textos para embasamento da crítica científica que se pretende formular. Neste sentido, o aspecto qualitativo é fundamental neste tipo de pesquisa por ser indutivo, evitando, portanto, a prática tradicional de se testar hipóteses.

As bases de dados utilizados são: Scielo, catálogo de teses e dissertações da CAPES, no mais, não se objetiva realizar uma seleção por ano, visto a intenção de se aproveitar todos os que atenderam ao recorte temático proposto.

[7] SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Revista Cadernos UNDB, São Luís, v. 6, n.2, dez/jan, 2023- 2024 . ISSN 1981-0660

A relevância desta pesquisa esta pautada em identificar a produção de conhecimento sobre o feminismo negro que busca combater a construção de uma opressão e coisificação das mulheres negras, especialmente quanto a sua erotização, salientando a valoração da multiracionalidade existente em uma sociedade pluricultural para a idealização de um pensamento antirracista no Brasil e de representatividade para as mulheres negras brasileiras.

Em um primeiro momento, é apresentada as espécies e desdobramentos da colonialidade, entre elas, a colonialidade do poder, do ser, do saber e do gênero, com o apontamento das diferenças existentes entre colonialismo, colonialidade, descolonialidade e descolonização. Na segunda seção, busca-se conceituar o que é ser mulher, com a identificação da descaracterização da animalidade feminina, juntamente a identificação do feminismo e seus desdobramentos até o feminismo negro. Em seguida, é descrito o que é epistemologia, em especial, a epistemologia do feminismo negro. Ao final são apresentadas as considerações encontradas nesta pesquisa.

1. COLONIALIDADES: SUAS ESPÉCIES E DIFERENCIAÇÃO DE TERMOS

Em concordância com os ensinamentos de Aníbal Quijano[8], pode-se compreender que a formação do que conhecemos como relações sociais teve a sua representação histórica na produção de identidades ao encontrar novos países geograficamente distintos entre si[9].

Desta forma, houve uma conotação racial de novas identidades, como índios, negros entre outros, o que, consequentemente, gerou uma relação de dominação ao identificar e associar um padrão de hierarquia na diferenciação da população pela classificação social.

[8] QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas.Tradução de Júlio César Casarin Barroso Silva. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.
[9] Ibid., p. 117.

Revista Cadernos UNDB, São Luís, v. 6, n.2, dez/jan, 2023- 2024 . ISSN 1981-0660

Neste cenário, as diferenças fenótipas[10] passam por um processo de exploração de trabalho e controle, visto a produção mercantil[11], a servidão, a escravidão e o salário serem extensões de identidades e separação de papéis e lugares de divisão de trabalho.

Tais identidades raciais são oriundas dos colonizadores que privilegiavam os brancos com o pagamento de salários, distinguindo-os como dignos de recebê-lo, tornando assim, uma "geografia social do capitalismo"[12].

O capitalismo, identificado como sistema de relações de produção, instaura a forma de controle de trabalho e o seu produto visando o domínio do capital[13].

1.1. Colonialidade e suas espécies

Com o término da ocupação de territórios com poder militar ou representantes do governo, denominado como colonização política, é estabelecida uma condição de poder que caracteriza e impõe padrões de dominação internalizando a posição de subalternidade.

Assim sendo, a colonialidade tem seu desdobramento, podendo ser uma colonialidade do poder quando provoca um situação de inferioridade pela construção de padrões e classificações sociais que pereniza uma dominação, causando uma vontade dos demais em alcançarem um padrão de vida já idealizado.

A colonialidade do poder também é consequente dos comportamentos e discursos ainda perpetrados em nossa sociedade, como o racismo[14].

Identifica-se ainda, as colonialidades do saber, do ser e do gênero que constroem a forma de organização social, merecendo, portanto, um apontamento nesta seção, a fim de identificar melhor a proposta do presente estudo.

---

[10] Características fenotípicas da pele são resultado de seus genes, podendo ser visíveis ou não, como a tonalidade da pele ou o tipo sanguíneo.

[11] A produção mercantil é o modo de produção que se destina unicamente à venda. Karl Marx expõe na sua obra *O capital* que a economia mercantil simples foi substituída pelo Capitalismo e assim, os produtos oriundos do trabalho humano não visavam mais as necessidades básicas, mas apenas o mercado.

[12] QUIJANO, op. cit**.,** 9. 120.

[13] Compreendendo a crítica formulada pelo autor na obra *O capital*, o domínio do capital surge quando o trabalhador se torna a própria mercadoria, ou seja, a força de trabalho é barganhada por uma quantia monetária que garante apenas a sua sobrevivência e o desejo oculto por um objeto oriundo de "fetichismo" fazendo-o prisioneiro de um sistema sem fim.

[14] Aqui, o racismo é identificado como uma ideia pejorativa a respeito de um determinado grupo social ou etnia, sem adentrar no crime previsto no Código Penal brasileiro.

Revista Cadernos UNDB, São Luís, v. 6, n.2, dez/jan, 2023- 2024 . ISSN 1981-0660

Neste sentido, a colonialidade do saber resiste quando não se rompe a produção de conhecimento sinteticamente na perspectiva colonial, familiarizada como eurocêntrica[15] e etnocêntrica[16].

A colonialidade do saber é identificada pela negação do conhecimento que é produzido por países vistos como marginalizados ou periféricos, a título exemplificativo, identifica-se as plantas medicinais dos povos indígenas que são classificadas como senso comum ou medicina alternativa pela desvalorização de suas sabedorias locais.

Dessa maneira, a junção da colonialidade do poder com a colonialidade do saber gera a colonialidade do ser que pode ser conceituada como "processo pelo qual o senso comum e a tradição são marcados por dinâmicas de poder de caráter preferencial: discriminam pessoas e tomam por alvo determinadas comunidades"[17].

A colonialidade do ser ocorre quando se diferencia os povos em relação ao gênero, raça ou sexualidade e os distancia como inferiores, fortalecendo a exploração e sentimento de não pertencimento a um grupo, podendo ser exemplificado no período colonial quando os povos indígenas eram vistos como selvagens ou "sem alma"[18], uma vez serem distintos ao padrão da visão predominante do mundo ocidental europeu[19].

Essa relação no pensamento de uma capacidade de veto sobre a vida do outro, por ser visto como mais fraco ou distinguido como inferior, ocorre nos "fascismos sociais" como uma consequência da colonialidade do ser que intensifica uma hierarquia intrínseca produzida na classificação social que pode ser definida como colonialidade do gênero.

O fascismo social é um conceito criado para identificar uma dominação e exploração nas sociedades contemporâneas sendo praticadas de um grupo para outro. É um fenômeno plurifacetado por se manifestar em várias esferas como precariedade nas relações de

[15] O termo eurocêntrico pode ser definido como a interpretação de mundo em conformidade com os valores do ocidente europeu.
[16] O termo etnocêntrico pode ser indicado quando houver uma tendência de observação do mundo na perspectiva particular de uma cultura.
[17] MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010. p. 423.
[18] A chegada dos portugueses ao Brasil deu inúmeras conceituações ao povo que era desconhecido, sendo vistos pelos religiosos como "sem alma" por serem associados a animais selvagens que não possuíam educação e eram pagãos.
[19] LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Série dos Saberes nº 1. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Museu Nacional, 2006, p. 34.

Revista Cadernos UNDB, São Luís, v. 6, n.2, dez/jan, 2023- 2024 . ISSN 1981-0660

trabalho, apropriação de bens públicos por grupos privados, dominação do capital entre outros[20].

A colonialidade de gênero surge na tentativa de se ignorar, de forma intencional, a interseccionalidade das relações de raça, classe social, sexualidade e gênero, o qual tenta designar a cada indivíduo uma categoria sexual ou racial em particular e de forma binária[21].

1.2. Diferenças de termos: Colonialismo e Colonialidade; Decolonialidade e Descolonização

Ainda se referindo ao período colonial e suas decorrências, cabe diferenciar os seus termos para compreensão de seu domínio estabelecido entre os povos que foram colonizados.

Neste sentido, o período histórico que procedeu na expansão territorial e descoberta de novos continentes denominado de colonialismo demonstra a relação de superioridade dos povos colonizadores pelo domínio das metrópoles sobre as colônias, visto a sua liderança no controle das atividades que eram exercidas, em especial, na exploração de trabalho para acúmulo de capital, bem como no modelo de cultura e religião, impondo práticas e costumes para desvalorizar a cultura local.

Como resultado dessa experiência colonial, a colonialidade é um padrão de poder, sendo expressado na forma de controlar os recursos, o trabalho, o capital e o próprio conhecimento científico, ou seja, a colonialidade é uma continuação do pensamento colonial que se manifesta nas relações de poder, do saber e do ser.

Buscando uma conceituação mais detalhada dos referidos termos, colonialismo é o "controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada que domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial"[22], se diferenciando do termo de colonialidade, visto este ser "a face da mesma moeda da modernidade, isto é, como resultado da interação colonial e do processo de dominação/exploração"[23].

[20] BOAVENTURA, op. cit.
[21] A classificação binária ocorre na exclusividade de ser definido pelo gênero feminino ou masculino.
[22] QUIJANO, op. cit, p. 84.
[23] GROSFOGUEL, op. cit., p. 466.

Revista Cadernos UNDB, São Luís, v. 6, n.2, dez/jan, 2023- 2024 . ISSN 1981-0660

Compreendendo a possibilidade de romper a produção da colonialidade no sentido intelectual, deve-se ocorrer, portanto, um processo de decolonialidade. Neste sentido, seu pensamento é uma libertação das práticas coloniais dominadoras[24].

De tal forma, pode-se perceber que a colonialidade é uma subjugação das identidade e nações independentes, assim, o domínio colonial sobre os inferiores faz nascer uma crítica ao patriarcado[25] moderno que busca um espaço social que antes era renegado a determinados grupos sociais[26].

Nesse ínterim, a descolonização e a despatriarcalização são expressões que especificam esse enfrentamento ao patriarcado.

A decolonialidade pode ser resumida como a desconstrução da colonialidade, enquanto a descolonização é referente a um processo de independência política com a descontinuação das relações de dominação existentes entre o Estado e as colônias, que são apelidadas de colonialismo[27].

Ainda, o ideal de descolonizar surge na abertura e ampliação da história dos povos que foram silenciados.

2. O QUE É SER UMA MULHER: CONCEITO DE UM ESTEREÓTIPO

No âmbito da colonialidade, a questão de gênero está vinculada ao discurso dominante, o qual provoca importantes modificações sociais para as mulheres, conforme será abordado.

O conceito de gênero, ainda na perspectiva colonial, possui uma característica de reprimir as relações e toda a construção social.

Importante considerar a existência de diferentes níveis de desigualdade, o que acarreta em dilemas distintos de subordinação, em especial o suportado pela mulher negra quando comparada à mulher não negra.

---

[24] Ibibem, p. 473.

[25] O termo patriarcado é usado para definir a relação de poder entre homem e mulher, sendo o sistema patriarcal a base para as relações de poder e opressão considerando o padrão de raça, gênero e orientação sexual.

[26] FONSECA, Lívia Gimenes Dias da. **Despatriarcalizar e descolonizar o Estado brasileiro**: um olhar pelas políticas públicas para mulheres indígenas. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, UnB, 2016, p. 151-152.

[27] Ibid**.,** p. 126.

Revista Cadernos UNDB, São Luís, v. 6, n.2, dez/jan, 2023- 2024 . ISSN 1981-0660

A partir do momento em que nasce um ser humano é comum a diferenciação do gênero entre menino ou menina e toda a sua educação surge com essa diferenciação, como os seus brinquedos, suas vestimentas e seus comportamentos.

Tal identificação do feminino e masculino é atribuído para distinguir o modelo a ser desempenhado entre o dito homem e mulher, a qual além de ser distinta é desvalorizada, visto as mulheres terem condições de inferioridade e de subordinação em relação ao homem[28].

Desta forma, faz-se necessário apontar a obra de Simone de Beauvoir, denominada *O segundo sexo: a experiência vivida* que simboliza tal pensamento: "nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre macho e o castrado que qualificam de feminino"[29].

A construção de gênero e seus papéis atribuidos levam como avaliação a diferença biológica para uma construção social de corpo e sexo, o que impacta diretamente no papel feminino tradicional e maternal atribuído as mulheres, que devem cuidar do lar e de sua família, sendo o homem, o racional, forte e provedor do lar[30].

A naturalização das relações de gênero e seus papéis fazem parte de uma ideologia única da essência do ser humano ser fruto da biologia e não de identificação[31].

De forma inicial, a antropologia e a psicanálise levantaram o conceito de gênero pela construção das relações e definição das identidades com base na distinção desigual da hierarquia entre o homem e a mulher[32].

Na psicanálise é debatido o "complexo de castração feminino", havendo uma diferenciação dos sexos[33]. Assim, há uma separação entre as atitudes das meninas e dos meninos, visto o homem ter a virilidade associada ao seu gênero, visto que "um homem não pede beijos [...] Um homem não chora"[34].

---

[28] FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. **O que é ser mulher? O que é ser homem: Subsídios para uma discussão das relações de gênero**. In. Gênero e Educação: caderno de apoio para a educadora e o educador. 2003, p. 1.
[29] BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967, p. 9.
[30] FARIA, op. cit., p. 2.
[31] Ibid**,** p. 3.
[32] FARIA, op. cit., p.14.
[33] BEAUVOIR, op. cit., p.14.
[34] Ibid., p. 12.

Revista Cadernos UNDB, São Luís, v. 6, n.2, dez/jan, 2023- 2024 . ISSN 1981-0660

A construção da feminilidade distinta de uma masculinidade é fortalecida no próprio convívio familiar que constrói uma superioridade do masculino, ou seja, "é a valorização efetuada pelos pais e pelo ambiente que dá ao menino o prestígio"[35].

Tal feminilidade é desenvolvida na infância ao brincar de boneca e a sua passividade é característica essencial do feminino, pois "a menina é confirmada na tendência de se fazer objeto" e a sua "passividade que caracterizará essencialmente a mulher 'feminina' é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos"[36].

Neste mesmo sentido, "na mulher há, no início, um conflito entre sua existência autônoma e seu 'ser-outro'; ensinam-lhe que para agradar é preciso procurar agradar, fazer-se objeto; ela deve, portanto, renunciar à sua autonomia"[37].

A dita "mulher de verdade" é aquela moldada no padrão já proposto e ensinado, visto que nas "virtudes femininas, ensinam-lhe a cozinhar, a costurar, a cuidar da casa"[38].

A hierarquia entre os sexos já é explícita no seio familiar, "quanto mais a criança cresce, mais o universo amplia e mais a superioridade masculina se afirma"[39].

Desta forma, após o enquadramento da ideologia feminina, é importante elucidar que a objetificação das mulheres no Brasil se diferencia entre as brancas e não brancas, ou seja, o papel das esposas obedientes aos seus maridos, que não podiam trabalhar por serem frágeis era diferente das mulheres negras que eram obrigadas a exercerem o trabalho braçal escravo e que eram sexualizadas como objeto de desejo sem a condição de formarem família com os brancos[40].

Além do sofrimento suportado pela questão do gênero, há um grande abismo racial feminino, visto "o papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance"[41].

Assim, o estereótipo da mulher branca se diferencia das mulheres negras, o que consequentemente, se distanciam quanto às suas demandas.

---

[35] Ibid., p. 19.
[36] Ibid., p. 21.
[37] Ibid., p. 22.
[38] Ibid., p. 23.
[39] Ibid., p. 28.
[40] FONSECA, op. cit., p.112.
[41] CARNEIRO, op. cit., p. 1.

Cadernos UNDB
ESTUDOS JURÍDICOS INTERDISCIPLINARES
Revista Cadernos UNDB, São Luís, v. 6, n.2, dez/jan, 2023- 2024 . ISSN 1981-0660

2.1. Da animalidade feminina

As diferenças biológicas existentes entre os homens e as mulheres são usados para justificar e limitar o papel que deve ser exercido pela mulher na sociedade, sustentando assim, uma radicalização e contenção da sua "natureza"[42].

As analogias animais do feminino reivindicam em muitas gerações respostas em uma identificação do próprio corpo ser nominado como "carne feminina", indicando uma fragmentação do que seria um corpo inteiro, o masculino. Neste sentido, a literatura já identificava tal preocupação, indicando a obra *Aprendendo a viver* de Clarice Lispector: "não ter nascido bicho parece ser uma de minhas secretas nostalgias. Eles às vezes clamam do longe de muitas gerações e eu não posso responder senão ficando desassossegada. É o chamado"[43].

No tocante a animalidade, identifica-se a obra *O animal que logo sou*[44] de Jacques derrida, o qual identifica o animal como inferior e subserviente em relação ao humano, ele utiliza o texto bíblico de Gênesis para elucidar sua concepção, estabelecendo que os animais foram criados antes por Deus e apenas depois o homem, o qual foi permitido que o mesmo, o qual foi criado à imagem e semelhança de Deus, desse nome aos animais, ou seja, "ele criou o homem à sua *semelhança para que o homem sujeite, dome, domine, adestre ou mestique* os animais nascidos dele, e assente sua autoridade sobre ele"[45].

Tal relação ainda é identificada quando somente após o homem, é feita a mulher e a ele somente, cabe a nomeação dos animais a serem dominados: "mas é Isch antes de Ischa, o homem antes da mulher: é então o homem, Isch, ainda só, que deu nomes aos animais criados antes dele"[46].

Desta forma, a relação entre o homem e o animal é exclusiva e não inclusiva, ou seja, há uma superioridade do homem sobre o animal, o que justificaria a sua dominação pela separação da razão e do instinto.

---

[42] MARIN, Andreia C. Et al. **Mulher, matéria animal e in-diferença**. Itinerarius Reflectionis. v. 13, n. 2, Goiânia: 2017, p. 9.
[43] LISPECTOR, Clarice. **Aprendendo a viver**. Rocco, 2004.
[44] A obra **O animal que logo sou (A seguir***)* decorre de uma aula realizada pelo autor Jacques Derrida em 1997.
[45] DERRIDA, Jacques. **O animal que logo sou (A seguir).** Tradução de Fábio Landa. São Paulo: Editora UNESP, 2002., p. 37.
[46] DERRIDA, op. cit., p. 35.

Cadernos UNDB
ESTUDOS JURÍDICOS INTERDISCIPLINARES

Revista Cadernos UNDB, São Luís, v. 6, n.2, dez/jan, 2023- 2024 . ISSN 1981-0660

Em uma perspectiva de ideologia dominante, defende-se que a relação existente entre animalidade e feminilidade é um efeito do desenho patriarcado capitalista que define uma supremacia branca e hétero cisgênero masculino.

Como elucidado na seção anterior, a mulher é vista como inferior ao homem, motivo pelo qual se equipara ao animal que não tem escolha, mas somente desempenha um papel que já lhe foi atribuído. Comparando a domesticação animal quando desde o seu nascimento é imposto uma característica feminina de zelar e ser responsável pela criação de outro, a título exemplificativo, a brincadeira de boneca e de "casinha".

Neste cenário, a mulher é vista como uma parte que precisa ser domesticada, como um resquício de sua animalidade natural, devendo o homem, o ser superior, nomear e atribuir tarefas.

A separação de poder entre o homem e a mulher insinua uma contínua opressão que produz uma animalidade feminina, ou seja, o padrão imposto a mulher não pode ser discutido sem a observância de seus desejos, sentimentos e consciência, visto a falta de espaço para a discussão de suas aflições explicarem o motivo de não serem vistas como capazes de realizarem incumbências que foram separadas exclusivamente ao homem.

2.2. Feminismo não é único: seus desdobramentos e o movimento do feminismo negro

Visando a superação de desigualdades e opressões suportadas, o conjunto de ideais e práticas formam o feminismo como uma teoria política de expressão social. Como identificado anteriormente, os sofrimentos suportados pelas mulheres brancas não eram e ainda não são iguais aos das mulheres não brancas.

Neste sentido, o mito da fragilidade feminina que defendia a dita merecida proteção dos homens impõe uma perspectiva de opressão e este impacto fez demarcar um movimento de mulheres para introduzir um debate de violência, questões políticas, desigualdades e privilégios no mercado de trabalho.

Todo o debate contra os estereótipos na diferença de gênero acaba esbarrando na origem branca e ocidental do feminismo, neste contexto, as experiências vivenciadas pelas

Revista Cadernos UNDB, São Luís, v. 6, n.2, dez/jan, 2023- 2024 . ISSN 1981-0660

mulheres afro-americanas não eram compartilhadas, visto o distanciamento da realidade vivida[47].

Desta forma, a recomendação de "enegrecer o movimento feminista brasileiro" é introduzido pela necessidade de identificar e combater a violência racial sofridas pelas mulheres não brancas, como uma questão fundamental de política pública[48].

A perspectiva feminista é a libertação das mulheres em suas diferentes formas de opressão, de tal forma, o impacto do racismo e as relações de gênero articulam a construção do ponto de vista do feminismo negro para demarcar a questão social da população feminina não branca.

Identificando que os movimentos feministas não tratavam a questão de raça, Sojourner Truth questiona em seu discurso no ano de 1851 na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, Ohio, se a mulher negra não é mulher[49], apontando de forma pioneira, que as mulheres negras não eram vistas como frágeis, mas pelo contrário, eram dispostas a "trabalhar" de forma árdua, braçal e sexual[50].

O feminismo negro tem como base a noção de interseccionalidade[51], visto não ser possível separar a opressão racial do gênero, o que aumentaria a invisibilidade de suas necessidades, mas somente após a década de 1960 que o movimento das mulheres negras se tornou popular em resposta ao sexismo do Movimento dos Direitos Civis dos negros nos EUA.

No Brasil, o Feminismo Negro teve visibilidade na década de 1970, com o *Movimento de Mulheres Negras* e a partir de 1980, encontros começaram a ser realizados. Em 1985, Bertioga, São Paulo, ocorreu o *II Encontro Feminista Latino-Americano*, sucedido do *I Encontro Nacional de Mulheres Negras* no ano de 1988 em Valença, Rio de Janeiro. Mobilizou-se após tais encontros, ativistas e pensadores importantes do feminismo negro brasileiro, entre elas, Lélia Gonzalez, Maria Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro[52].

---

[47] CARNEIRO, op. cit., p. 5.
[48] CARNEIRO, op. cit., p. 3.
[49] Em seu discurso, Truth afirma: "(...) eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! Não sou uma mulher? (...)" (Tradução livre).
[50] LEAL, Halina. **Feminismo Negro**. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia, V. 6 N. 3, 2020, p. 20.
[51] A interseccionalidade é um termo evidenciado por Kimberlé Crenshaw, como uma crítica às leis de antidiscriminação dos Estados Unidos pela inseparabilidade estrutural entre patriarcado, sexismo e racismo.
[52] LEAL, op. cit., p. 19.

Revista Cadernos UNDB, São Luís, v. 6, n.2, dez/jan, 2023- 2024 . ISSN 1981-0660

Com as redes sociais a partir do ano 2000, o feminismo negro brasileiro ganhou novos contornos e protagonismo no contexto intelectual para levantar os problemas estruturais pertencentes ao racismo e sexismo, revelando novas ativistas como Djamila Ribeiro, Carla Akotirene, Joice Berth e Juliana Borges[53].

A reivindicação do movimento das mulheres negras trata a igualdade de gênero na universalização da mulher, ou seja, na noção de estrutura de raça e racismo, visto a necessidade de romper a ideia de dominação masculina e subjugação no meio social.

Imprescindível considerar que a subserviência não foi apenas estabelecida na relação do senhor com seus escravos à época da colonização, uma vez ainda serem desdobrados nos dias atuais. A politização das perspectivas de raça, classe e gênero é algo acentuado e que deve ser respeitado nas diferenças ausentes no movimento feminista hegemônico.

Desta forma, conhecer as diferentes lutas em diversos cenários das mulheres negras traz lições e aprendizados, salientando-se a importância de grandes nomes destacados na obra *Narrativas Negras: biografias ilustradas de mulheres pretas brasileiras* que busca oferecer um conteúdo de representatividade da mulher negra brasileira nos cenários da abolição, cultura, educação, esporte, política e saúde, dentre cada panorama.

No contexto elucidativo, Mercedes Baptista[54], a primeira bailarina negra do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, Dandara dos Palmares[55], guerreira no período colonial do Brasil, Carolina Maria de Jesus[56], uma das primeiras escritoras negras do Brasil, Antonieta de Barros[57], a primeira deputada estadual do país, dentre outras.

No campo acadêmico, menciona-se o *Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente* (NIREMA), pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e outras instituições de ensino superior, com uma reflexão na perspectiva comparada para as atuais condições das relações raciais, bem como o *Programa de Direito e Relações Raciais* da Universidade Federal da Bahia, visando a identificação do papel histórico do direito

[53] Ibid, p. 20.
[54] Mercedes Baptista foi coreógrafa e bailarina brasileira, criadora do balé afro-brasileiro.
[55] Dandara dos Palmares foi líder feminina do Quilombo dos Palmares, participando de decisões políticas e militares visando a abolição da escravatura (COLETIVO NARRATIVAS NEGRAS, 2020).
[56] Carolina Maria de Jesus começou a escrever as suas memórias que posteriormente se transformou em seu primeiro livro *quarto de despejo* publicado em 1960, sendo traduzido em 13 idiomas (COLETIVO NARRATIVAS NEGRAS, 2020).
[57] Antonieta de Barros foi jornalista e professora, defensora da igualdade racial e de gênero (COLETIVO NARRATIVAS NEGRAS, 2020).

Revista Cadernos UNDB, São Luís, v. 6, n.2, dez/jan, 2023- 2024 . ISSN 1981-0660

no aparato institucional, político e sociocultural que estabelece uma subalternidade racial do país.

Desta forma, demarca-se a importância de conhecer as suas histórias e conquistas que devem ser difundidas visando o respeito e a representatividade para oficialmente, reconhecer o marcador social e a conexão dos indivíduos que foram menosprezados com as suas transformações do mundo para uma cultura inclusiva.

3. EPISTEMOLOGIA

Epistemologia pode ser categorizado como um ramo da filosofia que estabelece um conhecimento entre o sujeito com o objeto, em um sentido restrito, diz respeito às condições de como produzir um conhecimento científico e os modos de atingi-lo, ponderando a consistência lógica de teorias[58].

O termo epistemologia foi utilizado pioneiramente na filosofia por James Frederick Ferrier no século XIX na sua obra denominada *Institutes of Metaphysics: the theory of knowing and being*, ao juntar duas palavras gregas, a saber: *episteme* e *logos*, significando um conhecimento certo derivado do *logos*, ou seja, do estudo.

Ferrier identificou que a filosofia seria dividida em três âmbitos, tendo a teoria do conhecimento, ora *epistemology*, a teoria da ignorância, identificada como *agnoiology* e por último, a teoria do ser, *ontology*[59].

O referido autor buscou promover uma pesquisa nova construindo uma seção intermediária do que foi conceituado por Lalande como "estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências, destinado a determinar sua origem lógica, seu valor e seu alcance objetivo"[60].

Segundo Boaventura, o modelo hegemônico de ciência moderna foi produzido pela epistemologia após uma construção de racionalidade oriunda da revolução científica do século XVI. Nesta conjuntura, destacando as características do contexto histórico no apogeu do século

[5858] FIGUEIREDO, Angela. **Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial**. Revista Tempo e Argumento, vol. 12, núm. 29, 2020, - Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil, p. 7.
[59] FERRIER, James Frederick. **Institutes of metaphysic***:* theory of knowing and being. William Blackwood and sons Edinburgh: London, 1854, p. 47-48.
[60] LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 293.

Revista Cadernos UNDB, São Luís, v. 6, n.2, dez/jan, 2023- 2024 . ISSN 1981-0660

XIX[61], ocorreu uma supressão do sujeito na produção do conhecimento, sendo os afrodescendentes, indígenas e mulheres excluídos no conjunto de países submetidos ao colonialismo europeu[62].

A proposta formulada por Boaventura sugere uma harmonia entre uma dupla ruptura epistemológica, transformando o senso comum da ciência para uma configuração de conhecimento que sendo prático, não deixará de ser esclarecido[63].

A colonialidade do saber que estabelece uma lógica de visão de mundo europeia nas dimensões da cultura, faz com que a epistemologia seja uma denúncia epistêmica, visando a compreensão e validação de outros sujeitos como produtores de conhecimento[64].

De forma simplória, a epistemologia, de origem grega, teve sua notabilidade na idade moderna com a revolução científica. A origem do conhecimento era debatido ora por experiência indutiva, conforme defendido pelos empiristas, ora por raciocínio ou razão dedutiva, segundo os racionalistas, entretanto, tal debate não é a proposta deste presente estudo, motivo pelo qual não se pretende esgotá-lo, mas indicar, apenas, que a epistemologia é a área de estudo que busca um fundamento do conhecimento.

Por tal motivo, passa-se a identificar as questões de gênero como uma concepção do conhecimento influenciada por produções científicas.

3.1. Epistemologia do feminismo negro

O conceito de interseccionalidade reflete a busca por formulação de conceitos na experiência das mulheres negras, como indicado na seção anterior. No Brasil, o conceito é recente e busca destacar o crescimento das pesquisas produzidas pelas mulheres negras e suas reflexões políticas divulgadas nas mídias sociais.

Nesse sentido, uma epistemologia do feminismo negro é aquela que propõe uma reconciliação com o senso comum, nos termos de Boaventura, visto a sua busca em romper

[61] O período do século XIX foi marcado pela revolução industrial dos países ditos como desenvolvidos, caracterizando uma estrutura de pirâmide para as funções laborais, em especial, a exploração do ferro, petróleo e outras matérias-primas dos países subdesenvolvidos.
[62] FIGUEIREDO, op, cit., p. 7-8.
[63] Ibid, p. 12.
[64] Ibid, p. 18.

Revista Cadernos UNDB, São Luís, v. 6, n.2, dez/jan, 2023- 2024 . ISSN 1981-0660

com a naturalização das desigualdades conjuntamente com a recuperação dos discursos proferidos pelos movimentos sociais[65].

Valorizando as experiências vivenciadas pelas mulheres afrodescendentes, Patrícia Collins aborda em sua obra *Pensamento Feminista Negro* quatro dimensões da epistemologia feminista negra. Dentre elas, a primeira dimensão é a valorização da sabedoria, em sequência, a importância de diálogo entre membros de comunidade para construção de um novo conhecimento que vai além do acadêmico, em terceira dimensão aponta a ética do cuidado como um fator de expressividade pessoal e emocional para a validação do conhecimento e por último, identifica a ética da responsabilidade pessoal se referindo como o sujeito deve se responsabilizar por seu discurso[66].

O objetivo é direcionar não apenas as conquistas individuais, mas as coletivas das mulheres negras para desenvolver uma compreensão da condição social e política de suas histórias e auto afirmar a superação de uma condição de subordinação[67].

O pensamento feminista negro não reflete apenas as experiências de mulheres negras que decorrem das opressões e dominações interssecionais construídas e promover um debate referente a esses temas não é simples, visto o enfrentamento das interpretações ainda serem oriundas dos homens brancos.

O período escravagista formulou uma relação de gênero no Brasil, sendo as relações sociais pautadas nas categorias de cor, raça ou etnia, desta forma, as mulheres negras não eram vistas como o termo definido do que a mulher representada, visto elas terem experiências históricas distintas das vivenciadas pelas mulheres brancas e não racializadas[68].

Por tal motivo, mulheres negras questionam dentro da academia a epistemologia dominante da branquitude, ou seja, existe um discurso clássico sobre a opressão das mulheres que não diferencia o efeito do sofrimento perante a identidade feminina das mulheres negras[69].

A busca por uma quebra na epistemologia é importante para articular o ponto de vista das mulheres negras. A narrativa de uma democracia racial e mestiçagem biológica e cultural traduz um racismo silenciador das mulheres negras, sendo imprescindível alimentar a

[65] Ibid, p. 17.
[66] LEAL, op. cit., p. 20.
[67] Ibid, p. 21-22.
[68] CIPRIANO, Inara Flora Firmino. Epistemologia feminista negra: um olhar interseccional sobre o encarceramento de mulheres negras. **Revista Liberdades**, n. 28, p. 6.
[69] CIPRIANO, Loc. cit.

Revista Cadernos UNDB, São Luís, v. 6, n.2, dez/jan, 2023- 2024 . ISSN 1981-0660

conquista das consideráveis mulheres negras que fizeram e ainda fazem parte da história do Brasil.

Diferentemente das mulheres brancas brasileiras, os negros tiveram, dentro todos os sexos e gêneros, que criar uma identidade coletiva e política do "negro" para construir um movimento social antirracista que identificasse a dominação, exploração e marginalização sofridas. Assim, após um pouco de reconhecimento na intersecção do racismo, sexismo, exploração de classe, o movimento de mulheres negras constroem aspectos multidimensionais[70].

A utilização da epistemologia feminista negra questiona os padrões hegemônicos da produção acadêmica permitindo não apenas a compreensão dos efeitos do racismo, mas o impacto de funcionamento de outras esferas de dominação e opressão existentes em instituições acadêmicas e produção de conhecimento científico. Neste sentido, busca-se deslocar a concepção de um sistema único do feminismo para evidenciar as relações de poder[71].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade na consciência de uma existência de desigualdade na produção de conhecimento científico e movimentos sociais brasileiros procedeu no questionamento deste estudo em ao menos refletir na decolonização como uma resposta a dominação por auxílio do feminismo negro.

Neste sentido, afirmou-se determinados conceitos visando alcançar uma objetividade e posteriormente uma avaliação de todo contexto envolvendo o objeto de estudo do presente ensaio.

De início, identificou-se a representação histórica na produção de identidades alicerçadas no colonialismo, como um período de expansão territorial que resultou na colonialidade e todo o seu desdobramento de forma dominante de controle. Em seguimento, identificou-se a distinção entre a descolonialidade, pensamento moderno para combater a colonialidade e a descolonização, mudança nas relações de gênero e patriarcalismo.

[70] CIPRIANO, op. cit., p. 16.
[71] Ibidem, p. 17.

Revista Cadernos UNDB, São Luís, v. 6, n.2, dez/jan, 2023- 2024 . ISSN 1981-0660

Dando seguimento a dominação e todo o seu cenário, apresentou-se a animalidade feminina, justificando a visão da mulher subordinada ao homem que precisa ser domesticada para "virar gente" e pertencer a um lugar, em especial, a posição social padronizada e silenciosa, que não tem opinião.

Ainda, desvelou toda a dessemelhança entre as próprias mulheres, visto que as mulheres brancas eram vistas como frágeis e donas de casa, enquanto as mulheres negras trabalhavam para essas mulheres brancas e eram sexualizadas pelos seus "senhores"[72], ora homens brancos.

Visando auxiliar na investigação, apontou-se o pensamento de "enegrecer o feminismo" como uma perspectiva de descolonizar as concepções epistêmicas com um movimento que desmistifica e reconstrói a história das mulheres negras no brasil, através de conhecimentos produzidos também no meio acadêmico como os núcleos e programas de graduação e pós-graduação em universidades nacionais apontados de forma exemplificativa.

Identificando-se a epistemologia como um conhecimento que se justifica, a epistemologia do feminismo negro é o conhecimento científico que se fundamenta na emancipação das vozes que foram caladas pela colonialidade, assim, sua importância decorre das conferências e outros debates que procedem o estudo desempenhado por ativistas em prol das mulheres negras.

Desta forma, para combater a construção de uma opressão e coisificação das mulheres negras é fundamental a manutenção de um feminismo negro brasileiro que compreenda a singularidade dos seus sofrimentos e realize debates voltados para representatividade e a emancipação do conhecimento científico.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

[72] Senhores de engenho tinham riqueza e prestígio por serem donos de terras, de máquinas e dos homens escravizados.

Revista Cadernos UNDB, São Luís, v. 6, n.2, dez/jan, 2023- 2024 . ISSN 1981-0660

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Hollanda, HeloÍsa Buarque (org). Pensamento feminista - conceitos fundamentais, Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CIPRIANO, Inara Flora Firmino. Epistemologia feminista negra: um olhar interseccional sobre o encarceramento de mulheres negras. *Revista Liberdades*, n. 28, p. 1-21.

COLETIVO NARRATIVAS NEGRAS. **Narrativas negras: briografias ilustradas de mulheres pretas brasileiras**. 1. Ed. Minas Gerais: Editora voo, 2020.

DERRIDA, Jacques. **O animal que logo sou (A seguir)**. Tradução de Fábio Landa. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FACULDADE DE DIREITO DA UFBA. **Programa Direito e Relações Sociais**. Disponível em: <https://ihac.ufba.br/pt/21288/>. Acesso em: 26 dez. de 2022.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. **O que é ser mulher? O que é ser homem: Subsídios para uma discussão das relações de gênero.** In. Gênero e Educação: caderno de apoio para a educadora e o educador. 2003.

FERRIER, James Frederick. **Institutes of metaphysic***:* theory of knowing and being. William Blackwood and sons Edinburgh: London, 1854. Disponível: < https://archive.org/details/institutesofmeta00ferruoft/page/74/mode/2up>. Acesso em: 23 dez. de 2022.

FONSECA, Lívia Gimenes Dias da. **Despatriarcalizar e descolonizar o Estado brasileiro**: um olhar pelas políticas públicas para mulheres indígenas. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, UnB, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22132/1/2016_L%C3%ADviaGimenesDiasdaFonseca.pdf>. Acesso em: 18 out. de 2022.

FIGUEIREDO, Angela. **Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial.** Revista Tempo e Argumento, vol. 12, núm. 29, 2020, - Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil. Disponível em: < https://www.redalyc.org/journal/3381/338163000004/338163000004.pdf>. Acesso em: 18 out. de 2022.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010. p. 455-492.

Revista Cadernos UNDB, São Luís, v. 6, n.2, dez/jan, 2023- 2024 . ISSN 1981-0660

JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 6. ed. São Paulo: Francisco Alves, 1991. Disponível em: <file:///D:/DOWNLOADS/2-%20Introdu%C3%A7%C3%A3o%20ao%20Pensamento%20Epistemol%C3%B3gico.pdf>. Acesso em: 03 nov. de 2022.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LEAL, HALINA. **Feminismo Negro**. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia, V. 6 N. 3, 2020, p. 16-23. Disponível em: < https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2020/03/PDF-Feminismo-Negro.pdf>. Acesso em: 18 out. de 2022.

LISPECTOR, Clarice. **Aprendendo a viver.** Rocco, 2004.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Série dos Saberes nº 1. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Museu Nacional, 2006.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez Editora, 2010. p. 396-443.

MARIN, Andreia C. Et al. **Mulher, matéria animal e in-diferença**. Itinerarius Reflectionis. v. 13, n. 2, Goiânia: 2017. Disponível em: < https://revistas.ufg.br/rir/article/view/45207#:~:text=Resumo,%C3%A0%20diferen%C3%A7a%2C%20conforme%20estudos%20antropol%C3%B3gicos.>. Acesso em: 19 dez. de 2022.

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. **Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendetente – NIREMA**. Disponível em: < http://www.nirema.puc-rio.br/>. Acesso em: 26 dez. de 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas.Tradução de Júlio César Casarin Barroso Silva. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. Os fascismos sociais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06, de setembro de 1998. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz06099808.htm>. Acesso em: 19 dez. de 2022.

SEGATO, Rita. **Gênero e colonialidade**: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. E-cadernos CES [Online], n. 18, 2012, posto online no dia 01

Revista Cadernos UNDB, São Luís, v. 6, n.2, dez/jan, 2023- 2024 . ISSN 1981-0660

Dezembro 2012. DOI : 10.4000/eces.1533. Disponível em: <http://eces.revues.org/1533>. Acesso em: 18 out. de 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3480016/mod_label/intro/SEVERINO_Metodologia_do_Trabalho_Cientifico_2007.pdf>. Acesso em: 03 nov. de 2022.

VILLON, Renata Coutinho; MORAES, Marcelo Jacques de. **Literatura feminina e animalidade**. In: Anais da Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021.